

CADERNO DE PROVA

CARGO: PROCURADOR MUNICIPAL

Leia as instruções antes de iniciar a prova.

1. O candidato receberá:

1.1 Um caderno de Provas contendo 45 (quarenta e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas para responder as opções A, B, C, e D, sendo que apenas uma 01 (uma) deverá ser assinalada como **correta**.

1.2 Um cartão de respostas personalizado para a Prova Objetiva.

1.3 É responsabilidade do candidato, certificar-se que os dados informados nos materiais recebidos estão corretos. *Após ser autorizado o início da prova, verifique no caderno de prova se a numeração das questões e a paginação estão corretas.*

2. Regras gerais:

2.1 O candidato está autorizado a usar caneta **esferográfica preta** fabricada em material transparente. O descumprimento desta regra será de responsabilidade exclusiva do candidato que poderá ser eliminado do certame, caso não seja possível a leitura ótica do cartão resposta.

2.2 O candidato dispõe de 4 (quatro) horas para realizar a Prova Objetiva e Discursiva (prático-profissional) e não poderá entregar a prova e sair do prédio antes de decorrido o tempo de 1 (uma) hora do início. Após este prazo o candidato poderá entregar o material de prova e sair do prédio, sem o caderno de provas.

2.3 O candidato poderá levar consigo o caderno de provas quando estiver faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova.

2.4 Durante a prova o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.

2.5 Ao final das provas o candidato deverá entregar: o caderno de prova, o cartão-resposta, e caso não tenha assinado a lista de presença deverá assiná-la.

2.6 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.

3. Preenchimento do cartão- resposta:

3.1 O candidato deverá assinalar no **CARTÃO-RESPOSTA** uma única alternativa que julgar correta e **sem rasuras**. O preenchimento do cartão deverá obedecer às instruções nele contidas. Observe atentamente o número da questão antes de marcar, pois não haverá substituição do **CARTÃO-RESPOSTA**.

3.2 Não é permitida a consulta aos apontamentos, livros, dicionários e uso de aparelhos eletrônicos.

3.3 Será considerada nula a questão que tiver mais de uma alternativa assinalada, com rasuras ou que esteja em branco ou em desacordo com as instruções de preenchimento informadas no cartão resposta.

4. Informações finais:

4.1 O gabarito das provas objetivas será divulgado no primeiro dia útil subsequente a aplicação da prova nos sites www.itame.com.br e www.senadorcanedo.go.gov.br

4.2 Os Recursos contra itens do gabarito preliminar poderão ser interpostos na forma do Edital Regulamento.

4.3 Qualquer informação sobre o concurso será fornecida pela Prefeitura Municipal, através da Comissão Especial do Concurso Público, ou pela Banca Examinadora.

REALIZAÇÃO:

Leia o texto para responder as questões 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08.

Trecho do livro *Grande Sertão Veredas*

João Guimarães Rosa

(...) De primeiro, eu fazia e mexia, e pensar não pensava. Não possuía os prazos. Vivi puxando difícil de difícil, peixe vivo no moquém: quem mói no asp'ro não fantasêia. Mas, agora, feita a folga que me vem, e sem pequenos desassossegos, estou de range rede. E me inventei neste gosto de especular ideia. O diabo existe e não existe? Dou o dito. Abrenúncio. Essas melancolias. O senhor vê: existe cachoeira; e pois? Mas cachoeira é barranco de chão, e água se caindo por ele, retombando; o senhor consome essa água, ou desfaz o barranco, sobra cachoeira alguma? Viver é negócio muito perigoso...

Explico ao senhor: o diabo vige dentro do homem, os crespos do homem – ou é o homem dos avessos. Solto, por si cidadão, é que não tem diabo nenhum. Nenhum! – é o que digo. O senhor aprova? Me declare tudo, franco – é alta mercê que me faz: e pedir posso encarecido. Este caso – por estúrdio que me vejam – é de minha certa importância. Tomara não fosse... Mas, não diga que o senhor, assidado e instruído, acredita na pessoa dele?! Não? Lhe agradeço! Sua alta opinião compõe minha valia.

Já sabia, esperava por ela – já o campo! Ah, a gente, na velhice, carece de ter sua aragem de descanso. Lhe agradeço. Tem diabo nenhum. Nem espírito. Nunca vi. Alguém devia de ver, então era eu mesmo, este vosso servidor. Fosse lhe contar... Bem, o diabo regula seu estado preto, nas criaturas, nas mulheres, nos homens. Até: nas crianças – eu digo. Pois é ditado: “menino – trem do diabo”? E nos usos, nas plantas, nas águas, nas terras, no vento... Estrumes... *O diabo na rua, no meio do redemundo...*

Hem? Hem? Ah. Figuração minha, de pior pra trás, as certas lembranças. Mal haja-me! Sofro-me pena de contar não... Melhor, se arrepere: pois, num chão, e com igual formato de ramos e folhas, não dá mandioca mansa, que se come comum, e a mandioca-brava, que mata? Agora, o senhor já viu azangada – motivos não sei; às vezes se diz que é replantada no terreno sempre, com mudas seguidas de manaíbas – vai em amargando, de tanto em tanto, de si mesmo toma peçonhas. E, ora veja: a outra, a mandioca-brava, também é que às vezes que fica mansa, a esmo, de se comer sem nenhum mal. E que é isso? Eh, o senhor que já viu, por ver, a feiura de ódio franzido, carantonho, nas faces duma cobra cascavel? Observou

o porco gordo, cada dia mais feliz bruto, capaz de, pudesse, roncar e engolir por sua comodidade o mundo todo? E gavião, corvo, alguns, as feições deles já representam a precisão de talhar para adiante, rasgar e estraçalhar a bico, parece uma quicé muito afiada por ruim desejo. Tudo. Tem até tortas raças de pedras, horrorosas, venenosas – que estragam mortal a água, se estão jazendo em fundo de poço; o diabo dentro delas dorme: são o demo. Se sabe? E o demo – que é só assim o significado dum azougue maligno – tem ordem de seguir o caminho dele, tem licença para campear?! Arre, ele está misturado em tudo.

Que gasta, vai gastando o diabo de dentro da gente, aos pouquinhos, é o razoável sofrer. E a alegria de amor - compadre meu Quelemém, diz. Família. Deveras? É, e não é. O senhor ache e não ache. Tudo é e não é... Quase todo mais grave criminoso feroz, sempre é muito bom marido, bom filho, bom pai, e é bom amigo-de-seus-amigos! Sei desses. Só que tem os depois - e Deus, junto. Vi muitas nuvens.

01) O narrador, Riobaldo, conta sua história a um interlocutor que está presente, porém sua voz não se manifesta claramente na narrativa. Riobaldo afirma que, quando era jagunço, não tinha tempo para fantasiar, mas agora dera para especular ideias. Qual é o assunto que lhe interessa?

- (A) A vida é um negócio perigoso.
- (B) A existência ou não do demônio.
- (C) As cachoeiras e plantações naturais.
- (D) As tristezas e os desassossegos da vida.

02) Embora o texto seja narrativo ele é apresentado numa estrutura dissertativa-argumentativa e o narrador desenvolve uma ideia principal sustentada por argumentos. Qual é essa ideia?

- (A) A de que na velhice, as pessoas necessitam de descanso.
- (B) A de que o diabo vive no vento, nos estrumes e no redemoinho.
- (C) A de ter capacidade de se reinventar, criar fantasias e uma história espetacular.
- (D) A de que o diabo vive dentro das pessoas e das coisas, assim, ele é o lado sóbrio de cada indivíduo.

03) No fragmento “Agora, o senhor já viu azangada – motivos não sei; às vezes se diz que é replantada no terreno sempre, com mudas seguidas de manaíbas – vai em amargando, de tanto em tanto, de si mesmo toma peçonhas.” Considerando o efeito de sentido, as palavras ‘azangada’ / ‘peçonhas’ podem ser substituídas, sem perder seu sentido contextual por:

- (A) enfuriado / braseira.
- (B) abespinhado / veneno.
- (C) impassível / fármaco.
- (D) flemático / alucinógeno.

04) Conforme o pensamento dialético de Riobaldo, tudo é relativo e depende do ponto de vista. No texto, essa relatividade pode ser comprovada com os argumentos sobre o bem e o mal. Qual é o outro aspecto que também traz essa mesma ideia?

- (A) As certas lembranças.
- (B) A menção a melancolias.
- (C) O exemplo da cachoeira.
- (D) Os pequenos desassossegos.

05) Esse texto apresenta de forma predominante a literalidade porque

- (A) é um texto com sentidos polissêmicos e construções interpretativas que determinam a função referencial das palavras de Guimarães Rosa.
- (B) é um texto em que há o predomínio dos vocábulos e construções fraseológicas com sentido literal. Além disso, é carregado de metalinguagem.
- (C) trata-se de um relato escrito para ser interpretado por aqueles que compreendem a literatura regionalista. Além da linguagem carregada de denotação é informativo.
- (D) trata-se de uma narração oral com uma linguagem regionalista, o que caracteriza a obra desse autor, além da prosódia típica do sertanejo, a construção do texto é artística e plurissignificativa.

06) No fragmento “(...) De primeiro, eu fazia e mexia, e pensar não pensava. Não possuía os prazos. Vivi puxando difícil de difícil, peixe vivo no moquém: quem mói no asp’ro não fantasêia.” Predomina qual função da linguagem?

- (A) Apelativa.
- (B) Referencial.
- (C) Expressiva.
- (D) Metalinguística.

07) No fragmento “...o senhor consome essa água.” O termo ‘**essa**’, considerando o contexto e os princípios coesivos é um

- (A) pronome catafórico.
- (B) vocábulo que conecta o verbo.
- (C) anafórico que faz uma retomada.
- (D) elemento indicador do que ainda será dito.

08) No fragmento “E o demo – que é só assim o significado dum azougue maligno – tem ordem de seguir o caminho dele, tem licença para campear?!” Os pontos (!?) no final dessa construção foram utilizados para criar um efeito de sentido que

- (A) ameniza o motivo da ordem.
- (B) interroga reforçando a dúvida.
- (C) exclama sobre a licença de campear.
- (D) enfatiza de forma subjetiva a indagação.

Leia o texto para responder as questões 09 e 10.

BANHO-MARIA

Roseana Murray

Amor não deve ser mantido
em banho-maria
pois seus poderes
de luz e encantamento
se esvaem neste lento cozinhar
amor pede fogo alto
grossas chamas
sol intenso
e muita pimenta
amor pede tempero forte
pede tudo em exagero
mel de se lambuzar

09) Considerando, a seguir, os versos do poema, marque a alternativa correta.

“Amor não deve ser mantido
em banho-maria
pois seus poderes
de luz e encantamento
se esvaem neste lento cozinhar”

(A) Nestes versos, há um período composto por coordenação. Existem duas orações e para ligar essas orações, há uma conjunção. As orações são independentes sintaticamente e a primeira oração é assindética.

(B) Nestes versos, há um período composto por coordenação têm quatro orações e para ligar essas orações, há uma conjunção. Essas orações são dependentes sintaticamente e a segunda oração é sindética.

(C) Nestes versos, há um período composto por subordinação. Há duas orações e para ligar essas orações, há uma conjunção. Essas orações são independentes sintaticamente.

(D) Nestes versos, há um período composto por subordinação. Têm três orações e para ligar essas orações, há uma conjunção. As orações são dependentes sintaticamente e a última oração é explicativa.

10) De acordo com a Estrutura e Formação de Palavras, a palavra “**banho-maria**” é composta por:

- (A) Aglutinação.
- (B) Justaposição.
- (C) Híbridismo.
- (D) Reduplicação.

Leia o texto para responder a questão 11.

Nós,
Cartão-postal com touros em Madri,
O Corcovado e o Redentor daqui,
Salvador,
Roma,
Amor,
Onde quer que estejamos juntos
Multiplicar-se-ão assuntos de mãos e pés
E desvãos do ser.

(Livro, PolyGram,1997)

11) No verso “Multiplicar-se-ão assuntos de mãos e pés”, há um pronome

- (A) enclítico.
- (B) proclítico.
- (C) mesoclítico.
- (D) enclítico e proclítico.

Leia o texto para responder as questões 12 e 13.

O doente repeliu-a, pedindo que o deixasse em paz; que ele do que precisava era de dormir. Mas não o conseguiu: atrás da Bruxa correu a segunda mulher, e a terceira, e a quarta; e, afinal, fez-se duramente muito tempo em sua casa um entrar e sair de saias. Jerônimo perdeu a paciência e ia protestar brutalmente contra semelhante invasão, quando, pelo cheiro, sentiu que a Rita se aproximava também. (Aluísio Azevedo)

12) No texto, o adjunto adverbial marcado pela palavra “**brutalmente**”, expressa uma circunstância de:

- (A) Modo.
- (B) Tempo.
- (C) Afirmção.
- (D) Intensidade.

13) No fragmento “...em sua casa um entrar e sair de saias.” Predomina qual figura de linguagem?

- (A) Catacrese.
- (B) Hipérbato.
- (C) Metáfora.
- (D) Metonímia.

14) Considere o excerto: “Uma revista é indispensável quando mostra que nem tudo são flores.” (Veja, 1992), e marque a alternativa correta.

- (A) O predicado da primeira oração é verbal.
- (B) O sujeito da primeira oração está implícito.
- (C) O verbo concorda com o predicativo flores.
- (D) O termo da oração “tudo” é um adjunto adnominal.

Leia o texto para responder a questão 15.

Pronominais

Oswald de Andrade

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

15) A palavra, “**mas**” no poema estabelece uma ideia de

- (A) adição.
- (B) contraste.
- (C) conclusão.
- (D) finalidade.

16) De acordo com o art. 2º, I, do Decreto 6.017/2017 que regulamentou a Lei 11.107/2005, a definição de consórcio público se dá pela formação de:

- (A) pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza fundacional, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos;
- (B) pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 2005,

para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado com ou sem fins econômicos;

(C) pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei nº 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos;

(D) pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação e por Território Federal, na forma da Lei nº 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.

17) No tocante à criação de entidades da administração indireta, o art. 37, XIX, da CF, dispõe que:

(A) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

(B) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

(C) somente por decreto poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

(D) somente por decreto poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

18) De acordo com o art. 25, da Lei 8.666/1993, é inexigível a licitação:

(A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

(B) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

(C) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;

(D) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

19) Conforme disposto pelo art. 37, § 4º, da CF, a prática de atos de improbidade administrativa poderá acarretar em responsabilizações ao agente público, sendo elas:

(A) A cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

(B) A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

(C) A suspensão dos direitos políticos, a suspensão da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

(D) Os atos de improbidade administrativa importarão somente na perda da função pública e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

20) Entre as espécies previstas de intervenção pelo poder público na propriedade privada tem-se a modalidade da requisição. Com base neste instrumento de intervenção estatal na propriedade privada, o art. 5º, XXV, da CF, leciona que:

(A) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

(B) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia;

(C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização pecuniária, mesmo sem a existência de dano;

(D) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, vedada ao proprietário qualquer espécie de

indenização, salvo no caso de danos praticados em excesso.

21) Segundo o Código Civil, acerca da responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno, podemos afirmar:

(A) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis subsidiariamente pelos atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros;

(B) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo;

(C) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes quando houver dolo, não havendo previsão para culpa;

(D) As pessoas jurídicas de direito público interno não são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, em razão do princípio da limitação da responsabilidade causador do dano.

22) Sobre a aquisição de propriedade de imóvel, segundo o Código Civil, é correto afirmar:

(A) A transferência da propriedade do bem imóvel entre vivos dá-se mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis, permanecendo o alienante na condição de proprietário do bem enquanto não for efetuado o registro;

(B) O comprador será considerado proprietário do imóvel a partir do momento em que passar a exercer a posse direta do imóvel, ainda que não tenha registrado o título translativo perante o Registro de Imóveis, sendo este considerado formalismo notarial;

(C) A usucapião é modo secundário de aquisição de propriedade uma vez que demanda o reconhecimento por sentença judicial transitada em julgada em favor do possuidor;

(D) Se o construtor estiver de má-fé, e a invasão do solo alheio exceder a vigésima parte deste, adquire a propriedade da parte do solo invadido, e responde por perdas e danos que abranjam o valor que a invasão acrescer à construção, mais o da área perdida e o da desvalorização da área remanescente.

23) Segundo o Código de Defesa do Consumidor, a relação jurídica de consumo é aquela estabelecida entre consumidor e fornecedor, que tem por objetivo a aquisição de um produto ou a contratação de um serviço. Quanto ao serviço público, podemos afirmar então:

(A) Afasta-se a hipótese de aplicação do CDC as relações com os usuários do serviço público em razão de seu caráter especial;

(B) Aplica-se somente aos casos de concessão de serviço público, limitando-se ao concessionário;

(C) Poderá ser aplicado, mas somente nas relações estabelecidas com Fundações Públicas;

(D) Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

24) Sabendo-se que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal, podemos afirmar:

(A) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal;

(B) À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é permitido estabelecer cultos religiosos ou igrejas;

(C) A incorporação e o desmembramento do Estado independem de aprovação da população diretamente interessada;

(D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

25) Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição da República. Nesses termos, é incorreto afirmar que:

(A) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação;

(B) Incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e

em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

(C) O Estado reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado;

(D) A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subseqüente.

26) A lição de Hely Lopes Meirelles no sentido de que “Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza” refere-se ao princípio da:

- (A) legalidade
- (B) impessoalidade
- (C) moralidade
- (D) eficiência

27) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nesse contexto, marque a alternativa que está em desacordo com as disposições da Constituição Federal:

- (A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal;
- (B) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário;
- (C) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos;
- (D) A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de dois em dois anos, alternadamente, por um e dois terços.

28) Sabendo-se que a Constituição Federal estabeleceu algumas funções como essenciais à Justiça, marque a alternativa correta:

- (A) São considerados essenciais à Justiça somente a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e o Ministério Público;

(B) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a divisibilidade e a operacionalidade;

(C) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

(D) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Governador do Estado, escolhido dentre cidadãos maiores de vinte e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

29) Sobre as alternativas a seguir, marque a correta:

(A) O funcionário público que exige a entrega de vantagem indevida, aproveitando-se dos poderes inerentes ao cargo para intimidar a vítima, comete crime de corrupção passiva;

(B) O funcionário público que limita a se manifestar, perante outrem, o desejo de receber alguma vantagem indevida comete crime de concussão;

(C) Tanto no crime de concussão quanto no de corrupção passiva o sujeito passivo principal será o Estado e mediatamente, a pessoa física ou jurídica lesada pela conduta criminosa;

(D) Tanto no crime de concussão quanto no de corrupção passiva o sujeito passivo principal será a pessoa física ou jurídica e mediatamente o Estado lesado pela conduta criminosa.

30) Sobre o crime de advocacia administrativa inscrito no artigo 321 do Código Penal: “patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública valendo-se da qualidade de funcionário. Pena: detenção, de um a três meses, ou multa. Parágrafo único: se o interesse é ilegítimo. Pena: detenção, de três meses a um ano, além de multa.” É correto afirmar que:

- (A) Exige que o sujeito ativo seja bacharel em direito;
- (B) Admite-se a tentativa por ser crime material;
- (C) Há a necessidade de que o interesse apadrinhado pelo funcionário seja lícito;
- (D) Em se tratando de patrocínio de interesse privado contra a administração fazendária, aplica-se o crime contra a ordem tributária inscrito no artigo 3º, III da Lei nº: 8.137/1990.

31) A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei:

- (A) aos depósitos do FGTS;

- (B) pagamento do auxílio funeral;
- (C) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- (D) Pagamento de indenizações decorrentes das relações de trabalho.

32) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- (A) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- (B) A garantia do pagamento de aposentadoria aos idosos;
- (C) A concessão de auxílio-doença, salário-maternidade e auxílio reclusão a quem preencher os requisitos legais para o recebimento do benefício;
- (D) A proteção aos deficientes através da garantia da aposentadoria por invalidez.

33) Sobre a capacidade processual definida no Código de Processo Civil, é correto afirmar:

- (A) Nas ações possessórias, não é exigida a participação do cônjuge do autor ou do réu nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado;
- (B) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, qualquer que seja o regime de bens do casamento;
- (C) O Município será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu prefeito ou procurador;
- (D) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá o processo sem resolução de mérito, sem necessidade de intimação das partes.

34) O Código de Processo Civil determina que os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição. De acordo com essas determinações, marque a alternativa incorreta:

- (A) O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem;

(B) É vedado às partes escolher o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação;

(C) O juiz do processo ou o juiz coordenador do centro de conciliação e mediação, se houver, verificando atuação inadequada do mediador ou conciliador, poderá afastá-lo de suas atividades por até 180 (cento e oitenta) dias, por decisão fundamentada, informando o fato imediatamente ao tribunal para instauração do respectivo processo administrativo;

(D) A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.

35) Em razão da atividade especial de tutela do interesse público, a Fazenda Pública ostenta condição diferenciada das demais pessoas físicas e jurídicas no processo, sendo correto afirmar que:

(A) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal;

(B) Ainda que a lei estabeleça prazo próprio para o ente público, aplica-se o benefício da contagem em dobro;

(C) Não é admissível a responsabilização regressivamente do membro da Advocacia Pública no exercício de suas funções;

(D) A intimação da Fazenda Pública far-se-á sempre por Carta com Aviso de Recebimento.

36) Sobre a Petição Inicial, é correto afirmar:

(A) A Petição Inicial indicará a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação;

(B) Ainda que a parte autora não possua informações sobre os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu, o juiz não poderá indeferir a Petição Inicial;

(C) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado;

(D) A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

37) Sobre o julgamento parcial de mérito, é correto afirmar:

(A) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles mostrar-se incontroverso;

(B) A obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito somente poderá ser liquidada ou executada, mediante caução e caso não haja recurso interposto;

(C) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito deverão ser processados nos próprios autos do processo em que a decisão foi proferida, não havendo hipótese de instauração em autos suplementares;

(D) A decisão que julgar parcialmente o mérito é recorrível mediante apelação.

38) A Lei n 4.320 de 17 de março de 1964 estatuiu normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal. A respeito da Proposta Orçamentária prevista nesta lei marque a alternativa CORRETA.

(A) A Proposta Orçamentária que o Poder Executivo municipal encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá aos prazos estabelecidos nas Leis Orgânicas dos Municípios;

(B) O Projeto de Lei do Orçamento municipal não fará parte da respectiva Proposta Orçamentária;

(C) A Proposta Orçamentária será encaminhada do Poder Legislativo ao Poder Executivo;

(D) Não constará da Proposta Orçamentária a descrição sucinta de suas principais finalidades.

39) As Despesas Públicas constituem um conjunto de dispêndios do Estado para o funcionamento dos serviços públicos. A respeito das Despesas Públicas é INCORRETO afirmar:

(A) As despesas são classificadas legalmente em despesas correntes e despesas de capital;

(B) As despesas de capital se classificam em Investimentos, Inversões financeiras e Transferências de capital;

(C) As Inversões financeiras são as dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos de capital de empresas ou entidade de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe em aumento de capital e constituição ou

aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive bancárias ou de seguros;

(D) Nas despesas de custeio não se incluem os serviços de terceiros.

40) De acordo com a competência dada aos municípios, em matéria tributária, pela Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

(A) Os municípios podem instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana.

(B) Compete aos municípios à instituição de impostos sobre a transmissão *inter vivos*, de bens imóveis, a qualquer título, por ato gratuito.

(C) É da competência do município a instituição de impostos sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos os serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação.

(D) Compete ao município da situação do bem o imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

41) Relativamente à repartição constitucional de receitas tributárias é correto afirmar que:

(A) Pertencem aos Estados e Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte, sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem;

(B) Pertencem ao Município vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

(C) Pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

(D) As parcelas de receita pertencentes aos Municípios do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios, serão creditadas, três quartos, de acordo com o que dispuser lei estadual.

42) A respeito da política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar da sua população, assinale a opção INCORRETA:

(A) As cidades com mais de vinte mil habitantes devem ter obrigatoriamente um plano diretor;

(B) O plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana e deve ser aprovado pela Câmara Municipal;

(C) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;

(D) Em caso de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, poderá o Poder Público municipal exigir do proprietário que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, mesmo que a área não esteja incluída no plano diretor.

43) Marque a única alternativa abaixo que não contem as diretrizes gerais traçadas pelo Estatuto das Cidades que devem estar na política urbana como forma de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

(A) Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a utilização inadequada dos imóveis urbanos.

(B) Proteção da propriedade privada contra invasões de terceiros.

(C) Cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social.

(D) Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

44) Sobre o Estatuto da OAB, Lei nº. 8.906/94 é incorreto afirmar que:

(A) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal;

(B) O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação;

(C) O processo disciplinar é público, ou seja, qualquer pessoa interessada poderá ter acesso ao seu inteiro teor;

(D) O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada.

45) O advogado, indispensável à administração da Justiça, é defensor do Estado Democrático de Direito, dos direitos humanos e garantias fundamentais, da cidadania, da moralidade, da Justiça e da paz social,

cumprindo-lhe exercer o seu ministério em consonância com a sua elevada função pública e com os valores que lhe são inerentes. Dessa forma, levando-se em consideração os deveres do advogado, assinale a alternativa correta:

(A) É vedada a recusa, pelo advogado, do patrocínio de causa e de manifestação, no âmbito consultivo, de pretensão concernente a direito que também lhe seja aplicável ou contrarie orientação que tenha manifestado anteriormente;

(B) As disposições do Código de Ética e Disciplina da OAB não se aplicam aos órgãos de advocacia pública, e advogados públicos;

(C) O advogado público exercerá suas funções com independência técnica, contribuindo para a solução ou redução de litigiosidade, sempre que possível;

(D) É permitido oferecimento de serviços profissionais que implique, direta ou indiretamente, angariar ou captar clientela.